

LEI 642/78



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA

EM 11/12/78 APROVADO

[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA

PROMULGAÇÃO DE LEI PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA

O Presidente da Câmara Municipal de Acopiara, no uso de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO, que o Projeto de Lei nº 05/78, de 28/09/78, do Poder Executivo, que estima a Receita e fixa a despesa do Município de Acopiara, para o Exercício financeiro de 1.979, não satisfaz as exigências da Lei nº 9.457, de 04/06/71, que dispõe sobre a organização dos Municípios do Ceará:

CONSIDERANDO, que esta Câmara ao apreciar referido / Projeto, e nele encontrando suas falhas, teve pareceres das Comissões competentes, contrário ao seu mérito:

CONSIDERANDO, a emenda apresentada pelo Edil José Alber Sampaio, que submetida a discussão e votação pública, foi aprovada em Plenário por oito votos contra dois, que tinha como objetivo a rejeição dos artigos 3º e 4º do aludido Projeto, por está em desacordo com a Lei supra mencionada:

CONSIDERANDO, a rejeição dos artigos já citados, por maioria absoluta de votos:

CONSIDERANDO, que tal acontecimento foi comunicado / ao Sr. Prefeito Municipal no prazo previsto em Lei:

CONSIDERANDO, que o Sr. Prefeito Municipal ao Receber a comunicação ficando ciente do que trata a emenda, vetou-a no / que se refere o artigo 3º do Projeto em alusão:

CONSIDERANDO, que após decorridos 07 dias da aprovação da emenda já citada, o Sr. Prefeito remeteu para esta Casa, o autógrafo da Lei nº 642/78, de 29/11/78, referente ao Projeto em apreço, vetando o artigo 3º e considerando rejeitado o artigo 4º:

CONSIDERANDO, ainda, que pelo Sr. Prefeito esta Câmara foi convocada para um período de Sessão Extraordinária para a apreciação do VETO, e, que a Câmara o fez no prazo previsto em Lei:

[Assinatura]



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA

CONSIDERANDO, finalmente, que o VETO foi derribado pelo / quorum de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, tendo nove votos contra o VETO e dois a favor, em votação pública:

R E S O L V E:

PROMULGAR A SEGUINTE LEI Nº 642/78, DE 13 DE DEZEMBRO DE 1.978.

"FAÇO SABER", que a Câmara Municipal aprovou, e Eu, FRANCISCO EDMILSON ALVES, seu Presidente, promulgo, nos termos do artigo 52, § 7º, da Lei nº 9.457/71, a seguinte Lei.

Artigo 1º - A Receita do Município de Acopiara, para o // Exercício financeiro de 1.979, é estimada em Cr\$18.260.000,00 (dezoito milhões duzentos e sessenta mil cruzeiros), e será arrecadada dos impostos, taxas e contribuições de melhorias e demais Receitas correntes e de capital, na forma abaixo especificada:

RECEITAS CORRENTES	Cr\$
Receitas Tributárias	490.000,00
Recêita Patrimonial	136.000,00
Transferencias Correntes	11.627.000,00
Receitas Diversas	69.000,00
Soma das Receitas Correntes	12.321.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	20.000,00
Transferencias de Capital	4.669.000,00
Auxílios e/ou Contribuições	1.200.000,00
Outras Receitas de Capital	50.000,00
Somas das Receitas de Capital	5.939.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	18.260.000,00

Artigo 2º - A Despesa do Município de Acopiara, para o ~~Ex~~/ Exercício financeiro de 1.979, é igualmente fixada em Cr\$18.260.000,00 (dezoito milhões duzentos e sessenta mil cruzeiros), e será realizada com a satisfação dos encargos do Município, a manutenção de serviços,

CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA
EM 11.12.1978
Francisco Edmilson Alves
PRESIDENTE

1978



ESTADO DO CEARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA

distribuidos nas seguintes Unidades Orçamentárias e Funções de Governo:

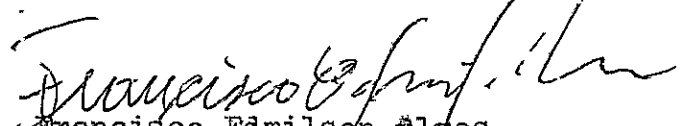
01 - Câmara Municipal	560.000,00
02 - Departamento de Administração	5.017.000,00
03 - Departamentos de Finanças	768.000,00
04 - Dep. de Obras, Viação e Serv. Urbanos	6.108.000,00
05 - Dep. de Educação e Cultura	3.500.000,00
06 - Dep. de Saúde e Serv Social	2.307.000,00

POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Legislativa	560.000,00
Administração e Planejamento	5.785.000,00
Agricultura	338.000,00
Contribuições	462.000,00
Educação e Cultura	3.500.000,00
Energia e Recursos Minerais	260.000,00
Habitação e Urbanismo	2.008.000,00
Saúde e Saneamento	1.223.000,00
Assistencia e Previdencia	1.084.000,00
Transporte	3.040.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	18.260.000,00

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º /
(primeiro) de janeiro de 1.979, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Acopiara, em 13 de dezembro de 1.978.


Francisco Edmilson Alves
Presidente da Câmara

CÂMARA MUNICIPAL DE ACOPIARA
EM 11-12-78 APROVADO

PRESIDENTE